

BOLETIM 255

Brasília, 25 de novembro de 2016

FETRACOMPA realiza eleições nesta sexta (25) para escolher diretoria

A Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário dos Estados do Pará e Amapá (FETRACOMPA) promove, hoje, em Belém, o pleito para a renovação de sua diretoria, através de um processo unitário que desembocou em chapa única encabeçada pelo companheiro Antonio Rodrigues, que substituirá, em caráter definitivo, o companheiro Agnaldo, que se encontrava licenciado

Nesta quinta (24), o Conselho de Representantes da FETRACOM se reuniu e aprovou por unanimidade as contas da entidade.

O presidente da CONTRICOM, Francisco Chagas Costa – Mazinho, que acompanha o processo eleitoral na capital paraense, participou da reunião e foi convidado para proferir palestra sobre a atual Conjuntura Política, Econômica e Sindical do país.

Mazinho abordou os diversos projetos do atual governo sobre, principalmente em relação às anunciadas reformas da Previdência e trabalhista, e defendeu que o movimento sindical e os trabalhadores não podem aceitar qualquer proposta que ameça dos direitos já adquiridos e consolidados ao longo do tempo.

O presidente da CONTRICOM disse que “algo absolutamente inaceitável é essa idéia,



Conselho de Representantes aprovou por unanimidade as contas da entidade



Companheiro Iran Guimarães (ao centro), da direção da Federação, organiza os trabalhos

defendida por alguns, de sobrepor o negociado sobre o legislado, o que ameaça a CLT e fragiliza as organizações sindicais, especialmente nos momentos de crise e desemprego como o que estamos atravessando”.

Outro assunto abordado foi em relação ao atual quadro de recessão que atinge o setor da construção civil em todo país. “Infelizmente, não



Antonio Rodrigues, Agnaldo e Mazinho, durante a reunião do Conselho de Representantes

estamos vendo da parte do atual governo nenhuma proposta para reativar nosso segmento e retomar a empregabilidade dos nossos trabalhadores”, avaliou Mazinho, ressaltando, mais uma vez, que “o setor da construção pode representar uma porta de saída da atual crise de crescimento e de emprego que vivemos, pela sua capacidade de responder rapidamente aos investimentos”.

Por fim, o dirigente sindical destacou “o papel dos companheiros da Federação nas lutas da categoria e, também, no processo de formação da CONTRICOM, tendo sido uma de suas entidades fundadoras”.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Desemprego cresce no país e atinge 22,9 milhões de pessoas

Soma dos desempregados mais os que querem trabalhar e os subocupados, diz IBGE

A soma dos trabalhadores desempregados, subocupados e aqueles com potencial de trabalhar atingiu 22,9 milhões de pessoas no terceiro trimestre de 2016, segundo a Pesquisa Nacional de Amostras de Domicílio (PNAD), divulgada na terça-feira (22).

Assim, a taxa composta de subutilização da força de trabalho, do IBGE, que agrega a taxa de desocupação, taxa de subocupação por insuficiência de horas e a força de trabalho potencial, atingiu 21,2% do total da força de trabalho de julho a setembro. No segundo trimestre deste ano esse percentual foi de 20,9% e no terceiro trimestre de 2015 ela se situou em 18,00%, aumentando 3,2 pontos percentuais de um ano para o outro, sobre uma quantia já estrondosa de desempregados.

Considerando-se apenas os desempregados no Brasil, são **12 milhões** de trabalhadores. Somados aos **4,8 milhões** de brasileiros com jornada inferior a 40 horas semanais, mais aqueles **6,1 milhões** que gostariam de trabalhar, mas não procuraram trabalho, ou que procuraram mas não estavam disponíveis no momento (força de trabalho potencial), o total de desempregados no país atingiu 22,9 milhões no terceiro trimestre, compõem a chamada taxa composta da subutilização.

REGIÃO - A maior taxa composta foi observada no Nordeste (31,4%) e a menor na

região Sul (13,2%). Bahia (34,1%), Piauí (32,6%) e Maranhão e Sergipe (ambos com 31,9%), foram os estados com as maiores taxas. As menores foram observadas em Santa Catarina (9,7%), Mato Grosso (13,2%) e Paraná (14,2%).

Segundo o IBGE, para os homens, esta taxa foi estimada em 17,9% e para as mulheres em 25,3%. Por grupos etários, as taxas compostas de subutilização da força de trabalho foram de 62,3% para a faixa de 14 a 17 anos, 37,1% para 18 a 24 anos, 19,3% para 25 a 39 anos e 14,3% para 40 a 59 anos.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Câmara adia para próxima terça votação de pacote anticorrupção

Os deputados começaram a discutir em Plenário, nesta quinta-feira, o projeto de lei com medidas contra a corrupção (PL 4850/16), aprovado pela comissão especial na madrugada. Um requerimento de urgência aprovado incluiu a matéria na Ordem do Dia, mas a votação não avançou.

Deputados pediram mais tempo e criticaram informações sobre possíveis acordos para incluir no texto uma anistia ao caixa dois eleitoral.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, disse que vai se reunir com líderes e presidentes dos partidos até a terça-feira (29) para discutir melhor a proposta. Ele negou qualquer manobra ou acordo e ressaltou que não há anistia negociada.



Maia também disse que o Plenário pode decidir sobre o que quiser.

“O Plenário tem independência para votar todas as matérias, para aprovar qualquer texto, para rejeitar qualquer texto e ninguém pode se sentir prejudicado por esta decisão soberana”, disse.

Tempo para debate - O relator da proposta, deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), disse que os deputados precisam de tempo para analisar a proposta aprovada na madrugada, que altera cerca de 30 leis.

“Não é possível que o Parlamento brasileiro ache que pode tratar uma proposta desta envergadura sem prudência e sem respeitar os 2,4 milhões de brasileiros que emprestaram a sua assinatura e seu aval a esse projeto”, afirmou.

Presidente da comissão especial que analisou as medidas contra a corrupção, o deputado Joaquim Passarinho (PSD-PA) pediu calma aos deputados na análise da proposta.

Fonte: Agência CÂMARA



Renan quer novas medidas contra a corrupção

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comentou, na manhã desta quinta-feira (24), a discussão do pacote anticorrupção que tramita na Câmara dos Deputados. As propostas foram apresentadas pelo Ministério Público Federal e incluem dez medidas como a alteração em leis penais e processuais para agravar a prática de corrupção no Brasil. Todas essas medidas dependem de aprovação pelos deputados e senadores.

— Porque só dez medidas e não 12, 13? Acho que não podemos votar dez medidas e resguardar privilégios para ninguém — advertiu Renan, que voltou a enfatizar a necessidade de aprovação da Lei de Abuso de Autoridade.

O presidente do Senado informou que as matérias que tratam do pacote anticorrupção poderão tramitar em regime de urgência no Senado, caso essa seja a vontade dos líderes.

— É preciso que tenhamos um requerimento de urgência assinado por todos os líderes — disse.

Em relação ao caixa 2 nas campanhas eleitorais, o presidente do Senado, Renan Calheiros alertou para o fato de que o crime não está tipificado na legislação.

— Você não pode anistiar um crime que não está cominado. Anistiar crime que não está cominado, não é bem anistia — afirmou.

Terceirização - Questionado sobre o projeto que regulamenta a terceirização, o presidente do Senado afirmou que se reuniu com as Centrais Sindicais e pediu que haja um entendimento sobre o texto que será levado a votação.

— A terceirização já é uma verdade, uma realidade no mercado, e nós precisamos avançar com relação à sua regulamentação. O ideal era que as leis envelhecessem com a sociedade, como isso não acontece, nós precisamos estar sempre atualizando as leis — disse.

Segundo Renan, já existe uma disposição dos líderes para que a terceirização seja votada com urgência, mas é preciso entendimento com relação ao texto.

Fonte: Agência SENADO

Relator quer solução definitiva para compensação a estados exportadores

O relator da Medida Provisória 749/16, deputado João Carlos Bacelar (PR-BA), vai discutir com o governo a possibilidade de criar uma regra permanente para distribuição do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX) aos estados.

O FEX surgiu em 2004 – foi criado pela Medida Provisória 193, depois transformada na Lei 10.966/04 – como compensação aos estados pela desoneração das exportações do pagamento do ICMS, um tributo estadual. A desoneração foi



promovida pela Constituição, que isentou os produtos industrializados, e pela Lei Kandir (Lei Complementar 87/96), que estendeu a isenção para os produtos primários. Posteriormente, a Emenda Constitucional 42 determinou a compensação dos estados pela isenção do ICMS nas exportações.

O auxílio é transferido anualmente pelo governo federal aos estados com base na participação de cada um nas exportações brasileiras. Os estados ficam com 75% do valor do FEX e repassam 25% para os municípios. O repasse da União não é obrigatório, não ocorre na mesma época a cada ano e depende de negociações políticas que envolvem o Congresso, governadores e o Executivo federal.

Desde o início, os governadores reclamam que o FEX não é suficiente para ressarcimento das perdas com arrecadação do ICMS. O valor transferido é o mesmo há 11 anos: R\$ 1,95 bilhão. Esse também é o valor previsto na MP 749/16, que hoje foi discutida em uma audiência pública realizada pela comissão mista que analisa a proposta.

Regulamentação - Bacelar quer acabar com esse arranjo, regulamentando de vez as transferências do FEX, que passariam a ser obrigatórias. A regulamentação poderia prever, por exemplo, a periodicidade do repasse (mensal, trimestral ou outro período).

Existe, no entanto, uma dificuldade. A Emenda Constitucional 42 determina que a regulamentação da compensação se dará por meio de lei complementar, que nunca foi aprovada pelo Congresso. Ou seja, o relator não poderia usar uma medida provisória para tratar do assunto.

O deputado está buscando uma solução técnica para a questão e quer discutir o assunto com o governo. “Vamos fazer uma análise técnica, mas politicamente é justo o pleito”, disse Bacelar. Ele acrescentou que os estados que contribuem para o superavit da balança comercial devem receber tratamento especial do governo federal, principalmente em momento de crise das contas públicas estaduais. “Os estados têm de ser vistos de uma forma diferenciada. Temos que ver agora a forma legislativa de darmos condição técnica para essa matéria.”

O presidente da comissão mista da MP 749/16, senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), defende a regulamentação definitiva da compensação aos estados. “Não faz sentido o pagamento do FEX ficar ao sabor da programação financeira da União”, destacou.

Fonte: Agência CÂMARA

Empresa é condenada por acidente com trabalhador que não recebeu treinamento nem EPIs

Ao tentar desobstruir uma máquina nas Usinas Itamarati, na região de Tangará da Serra, um trabalhador sofreu acidente de trabalho com amputação parcial de três dedos da mão direita. Ele havia sido menor aprendiz na empresa e, cerca de quinze dias antes do acidente, foi formalizado como empregado para trabalhar na função de carregamento de caminhões.



Sem experiência, não tendo recebido qualquer treinamento para consertar o equipamento mecânico, tampouco o Equipamento de Proteção Individual (EPI), deparou-se com uma válvula entupida e ao tentar desobstruí-la com o equipamento ligado, sofreu o acidente, reduzindo sua capacidade para o trabalho em 19%, segundo laudo pericial.

A empresa foi considerada culpada pelo ocorrido e condenada pela 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho (TRT/MT) a pagar, nos limites do pedido, pensão mensal no valor de 19% da última remuneração até que o trabalhador complete 73 anos. Foi determinado, ainda, o pagamento de indenização de 45 mil reais para compensar o dano moral e estético.

Embora a empresa tenha alegado que a culpa do desastre foi exclusivamente da vítima, que tentou realizar o procedimento sem desligar o equipamento, o argumento não foi aceito e, segundo a relatora do processo no Tribunal, desembargadora Eliney Veloso, era evidente a falta de qualificação profissional do empregado para operar a máquina. Afinal, ele tinha apenas 15 dias de serviço, nenhuma certificação técnica para tanto e provas testemunhais comprovaram que não haviam equipamentos de proteção coletiva (placas com instruções e a máquina não possuía trava de segurança), tampouco fornecimento de EPIs.

Segundo a relatora, acompanhada por unanimidade pela 2ª Turma, não é possível culpar exclusivamente a vítima que negligenciou sua própria segurança no afã de preservar o patrimônio do empregador. “É dever do empregador organizar a prestação de serviços e o funcionamento do maquinário com o máximo de diligência preventiva quanto à saúde e segurança

laborais, cabendo-lhe o dever de informar, cuidar e capacitar o trabalhador, além da efetiva fiscalização do procedimento, de modo a evitar acidentes como o ocorrido”.

Após sentença da 1ª Vara do Trabalho de Tangará da Serra, empresa e empregado recorreram da decisão. O trabalhador solicitou o pagamento integral da pensão após o trânsito da sentença e teve seu pedido negado pelo Tribunal, que manteve o parcelamento mensal.

A empresa, por sua vez, pediu a redução das indenizações arbitradas na sentença, alegando que não foi negligente, já que providenciou assistência médica de imediato com custeio integral das despesas com hospital e remédio. O Tribunal acolheu o pedido e reduziu os valores ao importe de 30 mil reais para o dano moral e de 15 mil reais para o estético. PJe: 0000291-55.2015.5.23.0051

Fonte: Jusbrasil

AGENDA PRESIDENTE

FRANCISCO CHAGAS COSTA – MAZINHO

Acompanha hoje em Belém (PA) as eleições para a escolha da nova diretoria da Federação dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário dos Estados do Pará e Amapá – FETRACOMPA.

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)